

Primeiro livro: “revi tudo”*

Paulo Freire

SÉRGIO – Paulo, depois de termos conversado um pouco, no último diálogo, sobre os primeiros tempos do Chile e sobre a sua vivência no interior com o pessoal que trabalhava na área rural, eu me dou conta de que esse período todo que você passou no Chile foi provavelmente o período de maior fecundidade em sua obra. Foi nele que apareceu uma série de livros que posteriormente foram publicados nos Estados Unidos e no Brasil e daí pelo mundo afora. Nesta nossa outra conversa sobre a sua estada no Chile, então, eu gostaria de satisfazer minha curiosidade em relação a todas essas obras que você foi escrevendo. Como é que foi a história do *Educação como prática da liberdade*, que foi o seu primeiro livro a ser publicado? Foi Dona Elza que levou para o Chile os originais?

PAULO – Bem, *Educação como prática da liberdade* foi uma revisão ampliada da minha tese, que defendi para uma cátedra na Universidade de Pernambuco. Nos intervalos das minhas cadeias, trabalhei o material da tese e acrescentei, em determinados momentos, a experiência mais recente da aplicação mesma do que se chamava “Método Paulo Freire”. Na verdade, na tese já estavam em grande parte sugeridas as proposições que, aplicadas, seriam comprovadas ou não.

* Entrevista publicada em: Freire, Paulo; Guimarães, Sérgio. *Aprendendo com a própria história*, I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 89-92.

Mas não foi a Elza que levou os originais. Antes mandara, por um amigo francês que trabalhava no corpo diplomático de seu país, no Recife, os originais já mais ou menos trabalhados para a França, para serem entregues a uma grande amiga minha, Silke Weber, que, na época, estava fazendo seu doutoramento em Paris. Quando cheguei ao Chile, de lá ela me mandou os originais, o que, aliás, era o caminho mais seguro. No Chile revi tudo e, inclusive, percebi uma série de incongruências. Essa mesma amiga me mandou, acompanhando os originais, uma carta em que, fraternalmente, me chamou a atenção para certas incongruências, e fazia reparos no texto. Primeiro li a carta, lógico, e pensei: Não pode ser que esteja assim no texto. Inquieto, fui a ele e constatei que ela tinha razão. A primeira revisão que fizera se dera num período de muita tensão, daí os lapsos, as falhas que ela registrara. Retifiquei tudo e o texto final é esse que se tem por aí hoje.

Mas, antes de fechar o livro para publicação – parece-me, não tenho certeza, que a primeira edição foi 1967 –, eu tive a felicidade de ter o Álvaro Vieira Pinto por perto, que fez uma leitura crítica dos originais. Esse grande filósofo brasileiro, às vezes nem sempre bem compreendido, chegara da Iugoslávia para o Chile. Uma vez mais, Plínio Sampaio e Paulo de Tarso deram sua contribuição junto ao governo, e ele logo estava dando sua assessoria de primeira qualidade ao Ministério da Educação, para o qual escreveu uma série de textos que alguns anos atrás foram publicados pela Cortez, com prefácio de Dermeval Saviani.¹ Mas o Álvaro ficou um tempo lá em casa e depois foi para um apartamento perto de nós, de modo que ele pôde fazer a leitura crítica que pedi, e tivemos muitos diálogos sobre ela.

Depois passei o texto ao Weffort, para ele ler e ver se aceitava escrever uma introdução. Ele leu, aceitou e fez uma introdução que até hoje, para mim, sem nenhuma lisonja, acho que é melhor que o texto. É lógico que sei que a introdução sozinha não poderia funcionar, mas em muitos aspectos é melhor que o texto produzido (*risos*).

Ela completa o texto de uma maneira extraordinária e é absolutamente válida até hoje. Ele percebeu muito lucidamente o que dizia o texto.

SÉRGIO – E a *Canção para os fonemas da alegria*, do Thiago de Mello, como é que chegou a ser incluída no livro, depois do prefácio do Weffort?

PAULO – Eu já disse que o Thiago de Mello era adido cultural do Brasil no Chile e que isso jamais o proibiu de dar a sua solidariedade aos exilados que chegavam. Num gesto generoso, simples e humilde, ele sempre recebeu todos com os famosos jantares na casa onde morava, que era do Pablo Neruda.

Quando cheguei, dias depois o Thiago de Mello também fez um jantar na casa dele, na qual estavam Fernando Henrique Cardoso, Jader de Andrade, Francisco Weffort, Wilson Cantoni, entre outros, como o [Estevam] Strauss, a que já me referi. Além dos brasileiros, Thiago reunia chilenos que tivessem algo a ver com o campo de especialidade do exilado recém-chegado. Terminado o jantar, ele me apresentou

¹ Álvaro Vieira Pinto. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1985.

e pediu que eu fizesse aos presentes uma exposição sumária do que tinha feito no Brasil. Falei um pouco da fundamentação do trabalho, da compreensão que tinha da alfabetização de adultos enquanto ato criador, enquanto ato de conhecimento, e, em seguida, projetei alguns *slides* que levava para mostrar como se fazia o processo de alfabetização na prática. Terminada a exposição, fizeram perguntas e tivemos um diálogo mais generalizado, mais amplo; depois se seguiram os papos mais privados. Dois dias depois, estava almoçando na casa do Strauss, quando toca o telefone e era o Thiago. Muito emocionado, me leu esse poema, que ele escrevera praticamente em seguida àquela noite da recepção. Quando da publicação do livro, achei que seria muito importante que ele viesse no rosto do livro porque o poema expressa melhor, em poucas palavras, alguns momentos que, no livro, exigiram de mim várias páginas.

SÉRGIO – A poesia é datada: Santiago do Chile, verão de 1964.

PAULO – É, exatamente o período de minha chegada – novembro.

SÉRGIO – Aliás, ele publicou no *Faz escuro, mas eu canto porque a manhã vai chegar*, da Civilização Brasileira, em 1965.

PAULO – Exato, e eu o republico no *Educação como prática da liberdade*, em 1967.

SÉRGIO – Quando os originais já estavam lidos pelo Álvaro Vieira Pinto, já havia o prefácio do Weffort e a ideia da inclusão da poesia do Thiago de Mello, aí você mandou os originais para o Brasil?

PAULO – Sim, e também para a França. Na época, havia um interesse de uma editora francesa por esse livro. Depois ele foi publicado por outra, *Editions du Cerf*. Sobre a primeira, há um fato interessante: um dia recebi uma proposta, mas com dois itens que me chocavam muito. Um era que o livro não poderia ter a dedicatória que tem. Como se sabe, dedico o livro à minha mãe, à memória do meu pai – com quem comecei a aprender o diálogo –, e depois à Elza e aos meus cinco filhos, com os quais continuei a aprender o diálogo, e a um tio que muito me marcava. A justificativa da editora era que a dedicatória não tinha rigor, não tinha nada a ver com o espírito científico.

O segundo item, que me irritou bastante, era o seguinte: eles fariam uma primeira edição de três mil exemplares e me pagariam 5%, ficando então proprietários dos direitos para qualquer língua. É óbvio que escrevi uma carta, até certo ponto dura, em que dizia, em primeiro lugar, que quem decidia sobre a dedicatória do livro era eu, e, em segundo, que não podia aceitar a imposição que a editora me fazia na sua proposta de contrato, quanto aos direitos autorais, por me parecer absolutamente exorbitante. Diante disso, recusava a publicação. Quinze dias depois recebi outra carta em que eles amenizavam as exigências e me chamavam ao diálogo. Respondi

que não havia possibilidade de diálogo e cortei definitivamente. É por isso que o livro só foi publicado nos anos 1970, em francês, e por outra editora.

SÉRGIO – Depois que o livro foi publicado no Brasil, as repercussões foram imediatas? Como é que você sentiu no exílio as consequências da publicação no Brasil? Afinal, era o seu primeiro livro.

PAULO – É, o primeiro. Não houve uma repercussão assim, como você diz; houve uma falação em torno do livro e ele começou a ser reeditado. Apesar de todos os seus momentos ingênuos, até hoje continua sendo publicado.

Paulo Freire (★1921 – 1997†) destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, alcançando notoriedade nacional e internacional com a experiência de alfabetização de adultos em Angicos. Tendo sido exilado pelo regime militar em 1964, somente retornou ao Brasil em 1980. Em 13 de abril de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.612, que o declara Patrono da Educação Brasileira.